

# Registo Retributivo de Espanha — Registos Salariais Obrigatórios e Auditorias de Igualdade Salarial (Real Decreto 902/2020)

Gender Equality · Boa prática · Espanha

Pontuação de qualidade: 89/100

Força da evidência: Forte

## Sumário

O Real Decreto 902/2020 de Espanha obriga todas as empresas a manter um registo salarial desagregado por género, e as maiores a realizar avaliações de funções e auditorias de igualdade salarial; a diferença salarial nacional caiu de 18,7% (2020) para 15,7% (2023), segundo o INE.

## Dimensões-chave

| Dimensão                        | Pontuação |
|---------------------------------|-----------|
| Transferability / replicability | 3/3       |
| Impact on gender equality       | 1/1       |
| Effectiveness                   | 1/1       |
| Efficiency                      | 0/1       |
| Evaluated outcomes              | 1/1       |
| Sustainability                  | 1/1       |
| Achievement / evidence          | 1/1       |
| Gender-mainstreaming embedding  | 1/1       |
| Curator validation              | 1/1       |

Avaliado por C-NAPSE

## Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-09-27

[Ministerio de Trabajo y Economía Social / Instituto de las Mujeres](#) — acedido a 2026-09-27

[Real Decreto 902/2020 \(BOE\)](#) — acedido a 2026-09-27

[Ministerio de Igualdad — brecha retributiva 15,74%](#) — acedido a 2026-09-27

[Garrigues — legal analysis of the three instruments](#) — acedido a 2026-09-27

---

Citar — Evidoria. *Registo Retributivo de Espanha — Registos Salariais Obrigatórios e Auditorias de Igualdade Salarial (Real Decreto 902/2020)*. ID persistente: 55f91e02-48e7-4914-953e-7379a0429bb7.